

# REVISTA PORTO

---

Programa de Pós-Graduação em História da UFRN

Volume 3 | Número 4 | 2016.2

**Do bairro à cidade:** reformas urbanas no Recife entre 1922 e 1926

**From the neighborhood to the city:** urban reforms in Recife between 1922 and 1926

*Bruno Nery do Nascimento*

*Professor do ensino básico na rede privada das cidades de Recife e Caruaru.*

*Mestre em História Social da Cultura Regional pela Universidade Federal Rural de Pernambuco (UFRPE)*

Revista Porto 4 (3): 60-76 [2016]

Recebido em 19/07/16 – 17/10/16

REVISTA PORTO

**Resumo:** Este artigo pesquisa tem por objetivo analisar a gestão do governador Sérgio Loreto, que comandou o executivo pernambucano entre os anos de 1922 e 1926, quanto às reformas urbanas. Perseguindo os ideais de progresso e civilização, que embalavam os projetos das elites à época, Pernambuco e, sobretudo, sua capital, vivenciaram amplas reformas urbanas, que tinham por objetivo acabar com uma cidade perigosa, visível pela presença de mendigos, vadios e meretrizes nas ruas, além das habitações que representavam ameaças à saúde e ao desenvolvimento do estado. Neste sentido, a ideologia da higiene ganhou força, a ciência foi pedra angular nas decisões tomadas durante esse período, e o discurso médico ganhou relevo.

**Palavras-chave:** Recife; Sérgio Loreto; Higiene; Reformas Urbanas.

**Abstract:** This paper intends to analyze the administration of Sergio Loreto, governor of the state of Pernambuco, Brazil, from 1922 to 1926, regarding urban reforms. Pursuing the ideals of progress and civilization, which permeated the elites' projects at the time, Pernambuco (and especially its capital, Recife), experienced broad urban reforms intended to mitigate the image of a dangerous place, suggested by the presence of beggars, vagrants, and prostitutes in the streets, besides the low-quality housing that brought health risks and a threat to the development of the state. It is in this context that the ideology of hygiene is strengthened, with science and medical discourse being foundational in the decision-making process during that time.

**Keywords:** Recife; Sérgio Loreto; Hygiene; Urban Reforms.

## DO BAIRRO À CIDADE: REFORMAS URBANAS NO RECIFE ENTRE 1922 E 1926<sup>1</sup>

Este artigo analisa a intervenção urbana ocorrida na gestão de Sérgio Loreto<sup>2</sup>, governador do Estado de Pernambuco entre os anos de 1922 e 1926. Neste período, ainda marcado pela perseguição dos ideais de progresso e civilização que embalavam os projetos das elites desde meados do século XIX, Pernambuco e, sobretudo, sua capital, vivenciaram amplas reformas urbanas que tinham por objetivo acabar com uma cidade visivelmente perigosa, com a presença de mendigos, vadios e meretrizes nas ruas, além das habitações, que representavam ameaças à saúde e ao desenvolvimento econômico do estado.

As reformas urbanas, vistas como intervenções no aspecto físico da cidade, eram guiadas pelos preceitos de higiene e se aliavam ao projeto encampado pelo poder público de sanear as famílias e formar uma população forte, saudável e apta para o trabalho. A ação era coerente com

---

<sup>1</sup> Este artigo nasceu no âmbito da pesquisa de mestrado financiada pela Capes cujo título é “Entre a “Mendigópolis” e o “Recife Novo”: reforma urbana, higiene e políticas de saúde para as mulheres no governo de Sérgio Loreto (Pernambuco, 1922 – 1926)”.

<sup>2</sup> Sérgio Teixeira Lins de Barros Loreto, nasceu no município pernambucano de Águas Belas, em 9 de setembro de 1870, trabalhou como funcionário dos Correios e formou-se em Bacharelado em Direito, pela Faculdade de Direito do Recife, em junho de 1892. Foi casado com Virgínia de Moraes Freitas Barbosa e teve dois filhos. Segundo Clóvis Beviláqua, Sérgio Loreto “desempenhou vários cargos no Espírito Santo, advogou no Rio de Janeiro e era juiz federal da seção de Pernambuco ao tempo em que a política o chamou administrar o seu estado natal, função que acaba de desempenhar, sendo eleito para a Câmara Federal. Sob o título de Trechos de Direito, publicou uma coleção de valiosos escritos. As suas sentenças eram sempre o resultado de meditação e a expressão da justiça” BEVILÁQUA, Clóvis. *História da Faculdade de Direito do Recife*. 3. ed. Recife: Ed. Universitária da UFPE, 2012, p. 334.

a análise de Peter Hall, para quem “o planejamento das cidades funde-se, quase imperceptivelmente, com os problemas das cidades, e estes, por sua vez, com toda a vida socioeconômica-política-cultural da época”<sup>3</sup>. A mendigópolis<sup>4</sup>, cuja população vivia em condições de saúde precárias iria, agora, ser confrontada com uma cultura higiênica e com a busca pela criação de novas gerações nascidas dentro deste contexto em que a ciência guiaria formas de construir, de cuidar e reformar. Assim, segundo as elites da época, seria possível superar o atraso representado pela presença de habitações pouco higiênicas e combater as doenças que grassavam entre a população, bem como lutar contra a mortalidade infantil e cuidar da saúde das crianças, buscando-se construir um Recife Novo<sup>5</sup>.

Esses dois modos de viver e conceber a cidade do Recife coexistiram, não existindo propriamente uma cidade habitada exclusivamente por mendigos, muito menos o sonho perfeito do Recife Novo e toda a infalibilidade do progresso e civilização que ele ensejava. Ambas as interpretações, no entanto, se articulavam e tiveram importância na formulação de um arsenal de discursos e medidas do poder público sobre como agir e intervir no aspecto urbano e nas populações.

Desta forma, os administradores que atuavam no Recife na década de 1920 ainda comungavam do sonho modernista de um Estado habitado por uma população bela, forte e saudável, que seguisse os padrões higienistas da *Belle Époque* europeia. Este sonho tem seu início na Europa do século XIX, e tem como raiz a ameaça com que as cidades europeias se viam confrontadas: boa parte da população considerada perigosa vivendo em situação sanitária precária. Dentro desse contexto, Flávio Weinstein Teixeira<sup>6</sup> nos apresenta dois paradigmas básicos da modernidade *belle-époque-fin-de-siècle*: o estético e o sanitário/higienista. Pelo lado estético, ao qual nos deteremos neste artigo, verificamos uma ampla reforma urbana empreendida pelo governo estadual que permitiu o embelezamento, a expansão e a ocupação de

---

<sup>3</sup> HALL, Peter. *Cidades do amanhã*: uma história intelectual do planejamento e do projeto urbanos no século XX. Tradução Pérola de Carvalho. São Paulo: Perspectiva, 2013. p. 7

<sup>4</sup> Recife, mendigópolis pernambucana: sem pão, sem lar, exibindo-se em andrajos para nossa vergonha. *A Noite*, Recife, 13 de nov. 1925, p.1. Este termo está presente especificamente nesta matéria, ao passo em que referências à pobreza visível nas ruas do Recife são recorrentes em diversas matérias de variados jornais, de modo que trabalharemos mais detalhadamente no primeiro capítulo deste trabalho.

<sup>5</sup> A construção discursiva de um Recife Novo não data exclusivamente do quadriênio estudado neste artigo. A perseguição pelo novo e uso desta expressão, marcando posição em relação a um passado que simboliza o atraso, têm nos anos de transição do Império para a República suas origens. Durante o governo de Sérgio Loreto a incessante busca pela modernização das estruturas físicas da cidade e de apresentar esta administração como moderna, tem a da Revista de Pernambuco, veículo oficial do governo do Estado, como sua maior propagadora e usuária da expressão Recife Novo.

<sup>6</sup> In: BARROS, Natália; REZENDE, Antonio Paulo; SILVA, Jailson Pereira (Orgs.). *Os anos 1920*: histórias de um tempo. Recife: Editora Universitária da UFPE, 2012.

novas áreas da cidade, com a abertura de ruas, avenidas, construção de praças, pontes e aterros no Recife entre os anos de 1922 e 1926. Por parte do aspecto sanitário/higienista, o governo Sérgio Loreto foi responsável por uma série de discursos e ações que conduziram à reorganização dos serviços de higiene, saúde pública e educação sanitária.

Desta forma, o período entre os anos de 1922 e 1926 é marcado por intensas mudanças e reorganizações em Pernambuco e, mais especificamente, em sua capital. Sob o signo da modernização, que como nos ensina Rezende, teve seu tempo áureo durante a administração de Sérgio Loreto<sup>7</sup>. Analisaremos, portanto, de que maneira as reformas urbanas ocorridas no Recife se relacionavam com o discurso modernizador e de higienização que o governo Sérgio Loreto buscava empreender para a sua administração, bem como essas intervenções afetaram e influenciaram na vida e no cotidiano da população do Recife naquele período.

### **O Recife sob o olhar de cronistas: a cidade perigosa *versus* a cidade higienizada.**

Percorrer as ruas do Recife nos primeiros anos da década de 1920 era se deparar com vias públicas enlameadas, com poeira e esgoto a céu aberto, além de ser confrontado com a miséria que vivia grande parte da população, que morava nas ruas ou em construções insalubres. O jornal *A Noite* de 23 de outubro de 1923 trouxe uma crônica que nos revela aspectos e formula críticas sobre o Recife que a gestão de Sérgio Loreto buscava combater. Assim o cronista começa o artigo:

Cinco horas da manhã. O dia havia começado muito calmo e sem uma novidade que servisse para os leitores d'A Noite. Esperávamos, por muito tempo, um bonde que nos levasse a Dois Irmãos. E como o bonde tardasse, resolvemos dar um passeio, a pé, pela cidade para observarmos de *visu* o resultado dos trabalhos postos em prática pela higiene pública do Estado, a cuja frente se encontra a figura *simpática* de um *famoso* higienista (destaque da publicação).

Circulando pelas ruas do centro do Recife em uma manhã no ano de 1923, *A Noite* começa sua crônica com uma situação que fazia parte do cotidiano recifense: o atraso do transporte público. Para amenizar este problema, o cronista destacou o investimento feito pelo poder público para facilitar a circulação. Novas linhas de transporte sobre trilhos atingiram espaços até então esporadicamente habitados, como Boa Viagem, e vias foram abertas e pontes

---

<sup>7</sup> REZENDE, Antonio Paulo. *O Recife: histórias de uma cidade*. Recife: Fundação de Cultura Cidade do Recife, 2002.

construídas. Os habitantes do Recife precisavam diminuir o tempo de deslocamento entre os arrabaldes da cidade e os locais de trabalho, uma vez que os preços dos aluguéis<sup>8</sup> em habitações próximas ao centro eram cada vez mais altos<sup>9</sup>. Eles necessitavam, portanto, contar com meios de transportes mais rápidos e seguros, de modo a garantir a circulação de pessoas e a reprodução do capital.

A constatação do mau funcionamento do serviço de bondes feita nesta crônica de outubro de 1923 se alia a outra realizada no mês seguinte, intitulada “Impressões dum jornalista que passa pelo Recife. Pernambuco sob um governo sem iniciativas: A falta de higiene, a carestia da vida, o jogo na cidade, as epidemias, enfim toda uma série de calamidades através de comentários ligeiros e oportunos”<sup>10</sup>. Ao parar na Rua da Imperatriz, no centro do Recife, para saborear um coração da índia (“uma espécie de fruta pão dum tamanho quase anormal. Uma fruta convidativa”) ao preço de oitocentos réis e beber um “grog”, totalizando cinco mil réis, o visitante afirma: “Fiz o cálculo. Não dava certo. Reclamei. Perdi a minha voz no deserto”. Apesar de espantado com os altos preços, bem como desconfiado da honestidade do garçom, o visitante do Recife em novembro de 1923 paga a quantia com uma nota de dez mil réis e se espanta com o fato de receber de troco “uma nota sebosíssima de dois mil réis, outra em piores condições de mil réis e o resto... o resto em passes de bonde!”. Como vimos, o cronista nos informa sobre a falta de dinheiro na praça, como fica evidente no uso de passes de bonde como troco, ao mesmo tempo em que se levanta suspeita por onde anda o dinheiro dos recifenses: passando de bolso em bolso dos coletes “de uma oligarquia de fraques e cartolas”.

Estas duas crônicas apresentadas pelo jornal *A Noite* possuem um ponto de convergência: as críticas feitas ao médico Amaury de Medeiros, genro do governador Sérgio Loreto e responsável pelo Departamento de Saúde e Assistência (DSA), que desfrutava de prestígio dentro da organização burocrática do governo e bastante autonomia para a efetivação de políticas de saúde. Enquanto na crônica do dia 23 de outubro de 1923 os jornalistas do *A Noite* se põem a andar pela cidade a fim de comprovar os trabalhos feitos pelo DSA, ironizando

---

<sup>8</sup> *A Noite* em julho de 1926: Há entre nós verdadeira grita contra a falta de habitação. A população do Recife não tem onde morar, porque, a premente situação financeira assoberba todas as classes sociais, de mediocres recursos, os alugueres são, positivamente, inaceitáveis. [...]. A população pobre – e muitas vezes até a média – de Recife, espalhada, na sua maioria pelos bairros de São José e Santo Amaro, habita verdadeiros cortiços sem ar, sem luz, sem higiene, sujeitos a todos os rigores do tempo [...] O problema das habitações. Presentemente, entre nós, não tem solução fácil nem segura. O problema das habitações: presentemente, entre nós, não tem solução fácil, nem segura. *A Noite*, ano VII, Edição das 17 horas, 8 de jul. 1926.

<sup>9</sup> O aluguéis de casas pela hora da morte!, *A Notícia*, Recife, 30 de jun.1923, p.1.

<sup>10</sup> Pernambuco sob um governo sem iniciativas: A falta de higiene, a carestia da vida, o jogo na cidade, as epidemias, enfim toda uma série de calamidades através de comentários ligeiros e oportunos. *A Noite*, Recife, 17 de nov. 1923, p.1

Amaury de Medeiros com os adjetivos “simpática” e “famoso”, destacados com o uso das letras em itálico, na do dia 17 de novembro de 1923 o jornalista visitante em Recife afirma: “É um governo de fantoches, que quer, à viva força, pôr em evidência a figura mais que apagada dum simples clínico, sem nenhuma clientela, que existia algures, lá no Rio”.

Este papel central dado à figura do médico na virada do século XIX para o XX está relacionado com o fato de que a proclamação da República no Brasil propiciou uma maior abertura para participação dos médicos em atividades patrocinadas pelo Estado, embora este movimento já estivesse presente desde o Império. Para Sidney Chalhoub<sup>11</sup>, a partir do século XIX surgiu a ideia de que as cidades poderiam ser geridas a partir de critérios técnicos ou científicos. Segundo Chalhoub “trata-se da crença de que haveria uma racionalidade extrínseca às desigualdades sociais urbanas, e que deveria nortear então a condução não-política, “competente”, “eficiente”, das políticas públicas”<sup>12</sup>. Neste ínterim, se verifica também o surgimento da ideologia da higiene, a qual percebe uma associação entre classes pobres como perigosas, não apenas por apresentarem problemas para a organização do trabalho e manutenção da ordem pública, mas também por oferecerem o perigo do contágio de doenças.

As moradias dos mais pobres se tornaram alvos de ações que visavam a acabar com epidemias e propagação de vícios, assim como a submissão da política à técnica poderia colocar o Brasil no caminho da civilização. No caso recifense, desde os cortiços no centro do Recife, onde coabitavam várias pessoas em espaços exíguos, às construções feitas à beira do rio, de onde muitas vezes tiravam o próprio sustento, as moradias das pessoas mais pobres representavam ao mesmo um tempo uma ameaça por conta do contágio de doenças e propagação de vícios, bem como ajuizavam o grau de civilização do povo recifense.

O cronista que percorreu as ruas do Recife em 1923, assim continua o relato de seu passeio pela cidade:

[...] Começamos pelo Beco do Caju, que fica localizado bem perto da Rua Nova. É de causar horror a imundície que se observa ali [...] uma poeira terrível que se levanta a um pequeno sopro do vento, um ótimo lugar, enfim, para a conquista de moléstias contagiosas. Os fundos da matriz de Santo Antônio já se constituíram um verdadeiro mictório público [...] Entramos, em seguida, na Rua Estreita do Rosário, que fica, também, junto à Praça da Independência, no bairro de Santo Antônio. Essa rua, como os leitores sabem, é habitada por meretrizes que, sem o menor respeito à moral, cometem, diariamente, os mais vergonhosos escândalos. Duas ou três famílias apenas moram naquela rua. As

<sup>11</sup> CHALHOUB, Sidney. *Cidade febril: cortiços e epidemias na Corte imperial*. São Paulo: Companhia das Letras, 1996.

<sup>12</sup> Ibid. p. 20.

mulheres, quase nuas, estendem nas varandas panos sujos, indecentes, num grande atentado à moralidade pública. As calçadas vivem cheias de ganhadores, que atiram à rua cascas de laranjas, papéis velhos etc. Há, também, forte fedentina nas entradas daqueles sobrados, onde, à noite, os vadios e as mulheres satisfazem as suas necessidades fisiológicas [...] Fomos, depois, à Rua Imperial. Bem junto à Igreja Batista existe um verdadeiro lamaçal, cuja água azul e pestilenta, tem sido causa de alguns casos de febre naquelas imediações. Quase todos os becos da Rua Imperial são fétidos e indecentes. Não quisemos ir mais adiante [...]<sup>13</sup>.

Se a Rua Nova era endereço nobre, local para a realização do footing<sup>14</sup>, a falta de limpeza pública se fazia perceptível num beco adjacente a esta rua. Na Rua Estreita do Rosário, prostitutas desafiavam os bons costumes e espantavam as famílias daquele endereço; nas calçadas, homens atuavam como ganhadores, sujando e infestando a rua. À noite, os sobrados daquela rua representavam local de união entre vadios e prostitutas, que tal qual animais movidos apenas pelos instintos biológicos e irracionais, encontravam-se para a satisfação de “suas necessidades fisiológicas”. Ainda percorrendo as ruas centrais, agora na Rua Imperial, a presença da lama levava o cronista a formular uma associação entre pobreza e perigo de contágio.

A denúncia da prostituição no bairro de Santo Antonio era recorrente:

O bairro de Santo Antônio é quase despovoado de famílias, pela invasão de mulheres de costumes duvidosos, está transformado num meretrício. “Elas” se aboletam por todas as ruas e vielas, formando verdadeiras colmeias, em prédios infectos e acanhados [...] À noite saem todas, e então o espetáculo é sobremodo entristecedor, porque a prostituição em Recife, vai crescendo que há verdadeiras crianças de 13 e de 14 anos sacudidas miseravelmente, nestes antros de libertinagem. Já que não há outro remédio para tão grande mal, procuremos localizá-lo, escondê-lo das vistas das famílias, por um princípio ao menos moral. Porque, do contrário, veremos em pouco tempo, todas as ruas da capital infestadas de meretrizes.<sup>15</sup>

Signo do atraso, a prostituição é analisada unicamente sob a ótica de que se configurava como uma atividade que atentava à moral e aos bons costumes, enquanto o autor da matéria d’A Noite silencia sobre questões sociais para a prostituição, sobretudo por indicar a presença de crianças. Estas mulheres têm o uso do pronome *elas* posto entre aspas, pois eram indignas até da

<sup>13</sup> Os frutos da nossa higiene pública. Um passeio pela cidade nos domínios da lama, da miséria e da poeira. *A Noite*, Recife, 23 de out. 1923, p.1.

<sup>14</sup> A respeito da prática do footing da Rua Nova e as relações de gênero na década de 1920, tensionadas por melindrosas e almofadinhas, verificar a dissertação de MELO, Alexandre Vieira da Silva. *Do flirt, do footing, da Rua Nova: melindrosas e almofadinhas na década de 1920*. Recife: Dissertação (Mestrado em História Social da Cultura Regional) – Universidade Federal Rural de Pernambuco. Departamento de História. 2015.

<sup>15</sup> A localização do meretrício. Uma medida que se impõe. Porque não realizá-la? *A Noite*, Recife, 8 de out de 1926.p.1

humanização, ao ponto de serem utilizados adjetivos biologizantes para descrever a existência delas e as razões para combatê-las: infectam, infestam e se aboletam em espaços que não deveriam lhes pertencer.

Para combater essa cidade onde pulsavam os vícios e a propagação de doenças, médicos – e também engenheiros – passaram a desempenhar papel importante na administração pública, fazendo-se valer de um arsenal de discursos em relação à “civilização”, “ordem”, “limpeza”, “beleza” o que para Chalhoub significou uma prática de fazer política “deslegitimando o lugar da política na história”<sup>16</sup>. A higiene passou a ser vista como a ideologia das transformações urbanas e a higiene pública como elemento definidor do grau de civilização de um povo, além da figura do médico ser apresentada como alguém com qualificações necessárias para gerir um saber técnico-científico de suma importância para o momento em que vivia o Brasil.

As faces da pobreza também eram perceptíveis aos olhos dos nossos cronistas d’A Noite: pedintes, mendigos, miseráveis e pessoas famintas eram personagens que compunham a paisagem dos bairros centrais do Recife, saindo da ilha de Santo Antônio até a Boa Vista.

[...] Tomamos um tramcar de Concórdia e voltamos à cidade, saltando na Praça Joaquim Nabuco, perto da Ponte da Boa Vista. A nossa atenção foi chamada para um barulho que partia da referida ponte. Fomos até lá. Era um grupo de meninos que zombavam de um pobre velho que pedia esmolas. Naquele instante tivemos a impressão de toda miséria humana. Mais de quinze pobres, entre homens e mulheres, estavam ali, exibindo as suas chagas e as suas misérias. Uma pobre velhinha tremia, chorando, sob a ação de uma fome desesperadora. Essa mulher que era um quadro vivo de um sofrimento negro; mereceu a nossa piedade. Deixamos cair um nickel no seu colo e saímos com o propósito de continuarmos o passeio. O sol, porém, já ia alto e enchia de luz a nossa cidade. Voltamos à redação pensando fortemente nestas coisas que dizem do nosso governo e do seu interesse pela saúde pública e pelo engrandecimento do Estado.<sup>17</sup>

A preocupação com a pobreza visível e a persistência deste problema pelas ruas recifenses também são perceptíveis na matéria “Mendigos! Mendigos!”, que estampou a primeira página do Jornal do Recife de 28 de janeiro de 1925. Cobrando atitudes mais efetivas do poder público, o Jornal do Recife estabelece outra relação no combate à pobreza e a participação do poder público neste intento, ou seja, a missão patriótica:

[...] É um mal que cresce, que aumenta assustadoramente aos nossos olhos, dando-nos um irremediável mal-estar, ao mesmo tempo em que nos toca a alma,

<sup>16</sup> CHALHOUB, *Op. Cit.*, p. 35

<sup>17</sup> Os frutos da nossa higiene pública. Um passeio pela cidade nos domínios da lama, da miséria e da poeira. *A Noite*, Recife, 23 de out. 1923, p.1.

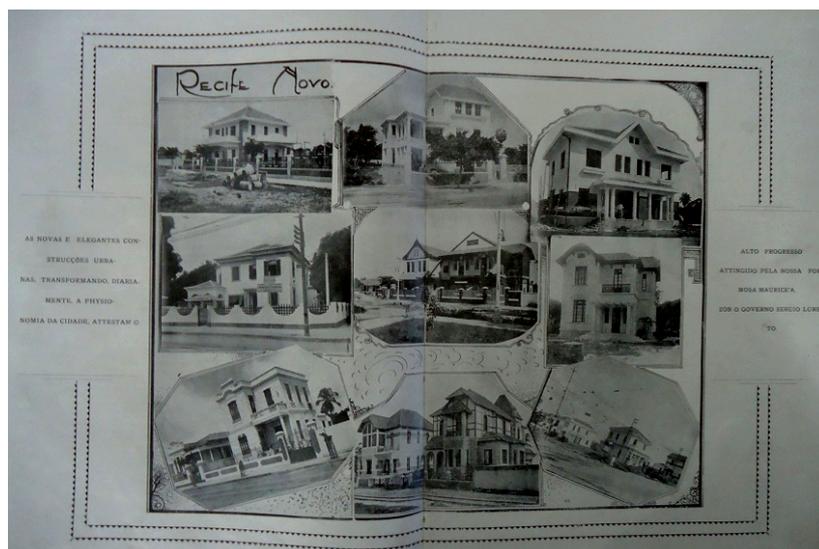
tamanha avalanche de misérias, de padecimentos cruéis, desses infelizes, tão brasileiros quanto nós, dignos de melhores cuidados por parte dos que, com boa vontade, poderão logo, senão extinguir, pelo menos minorar a sua funesta continuação [...] A sua continuação é um crime de lesapatriotismo. Cumpre aos nossos governantes a imediata extinção de todo esse acúmulo de sofrimentos [...] <sup>18</sup>.

A modernização, entendida como as mudanças na infraestrutura da cidade, data no Recife das últimas décadas do século XIX, quando a cidade passou a contar com serviços de abastecimento de água, iluminação, transporte urbano, telefone, entre outros, e foi intensificada nas primeiras décadas do século XX com a abertura de ruas, praças, construção de pontes e estradas e com a reforma do porto e do bairro do Recife. Buscava-se um embelezamento estratégico da cidade. Perseguiu-se a construção de uma cidade higiênica em oposição à cidade perigosa, caracterizada pela presença de mocambos, cortiços, mendigos, prostitutas, jogadores, crianças abandonadas e vadios. Ainda na década de 1920, persistia o anseio de instâncias do poder público em apagar características arquitetônicas relacionadas ao período colonial e imperial, encarados como símbolos do atraso. Entre as tensões de defesa do tradicional e do moderno, o novo era apresentado como imperativo do progresso, e este como garantidor de um futuro próspero que se tentava configurar. Na Revista de Pernambuco podemos ver uma montagem que apresenta as construções de casas realizadas no período. É possível ler nas laterais da montagem: as novas e elegantes construções urbanas transformando diariamente a fisionomia da cidade atestam o alto progresso atingido pela nossa formosa Mauricéia sob o Governo de Sérgio Loreto <sup>19</sup>.

---

<sup>18</sup> Mendigos! Mendigos!, *Jornal do Recife*, Recife, 28 de jan. 1925, p.1.

<sup>19</sup> Trata-se do último número desta Revista, na qual há um balanço do quadriênio de Sérgio Loreto no Governo de Pernambuco.



Fonte: Montagem de fotografias de edificações no Recife. Recife Novo. *Revista de Pernambuco*, ano III, nº. 24, jun. de 1926, S/p.

Portanto, aliado a um projeto nacional que objetivava romper com as barreiras que atrasavam o desenvolvimento do país, o governo estadual de Pernambuco associou sua intervenção no aspecto urbano às características dos métodos da administração pública que tinham como objetivo a desenvolvimento moral e científico da cidade do Recife. Este intento é evidenciado em artigo escrito na *Revista de Pernambuco*, onde são apresentados os ideais sobre os quais estava assentada a administração de Sérgio Loreto<sup>20</sup>. Os melhoramentos urbanos postos em prática ao longo do quadriênio estudado eram de responsabilidade do Departamento Geral de Viação e Obras Públicas, o qual modificou a maneira de contratar as empresas para a realização de serviços. Buscando contrapor-se ao modo como eram realizados os contratos em gestões anteriores, e enaltecendo os princípios da racionalidade da administração pública, o governo Sérgio Loreto passou a adotar o sistema de administração direta das obras, com o objetivo de realizar “uma educação geral do funcionalismo, no sentido de prepará-lo para dirigir obras públicas obtendo-as por preço inferior aos comuns, de sorte a fazer desaparecer a ideia absurda de que ‘o governo é rico, pode gastar’ que torna as obras do Estado por preço acima do seu valor”<sup>21</sup>.

<sup>20</sup> Algumas considerações sobre as ideias básicas da atual administração. As realizações materiais correspondem a conquistas de ordem moral e intelectual –Obras públicas, Força pública – Urbanismo. *Revista de Pernambuco*, *Sciencia, Arte, Política, Indústria*. Recife, ano 1, nº. 5, novembro de 1924, S/p.

<sup>21</sup> Idem.

## **Mercados, pontes, avenidas, praças e parques: construções físicas que simbolizavam o ideal de progresso.**

Os bairros do Recife afastados do centro, em sua maioria, têm na sua origem uma relação direta com os adensamentos urbanos surgidos em torno dos engenhos de cana de açúcar e da configuração da casa grande, senzala e igreja. Numa cidade entrecortada por rios, formando ilhas e diversas zonas alagadas, que eram muitas vezes consideradas responsáveis pelas transmissões de doenças, a navegação no rio Capibaribe desempenhou grande importância nas trocas comerciais e na forma de ver e viver a cidade durante vários séculos, mas também expunha um empecilho para uma maior interação entre as partes desta cidade. Esta configuração territorial do Recife representava um relativo isolamento de seus arrabaldes e a concentração populacional, sobretudo nos bairros centrais, a saber: bairro do Recife, Santo Antônio, São José e Boa Vista. As reformas no porto iniciadas em 1907 impulsionaram a transferência das populações que habitavam nos cortiços para os bairros periféricos, e, como já vimos, o bairro de Santo Antônio, cada vez mais repleto de mendigos, vadios e meretrizes; com o preço dos aluguéis altos, perdia seu caráter habitacional para aqueles que não podiam mais viver ali ou que não tinham interesse de ver ou conviver com tal situação.

Diante deste contexto, os melhoramentos urbanos postos em prática pela administração de Sérgio Loreto em bairros distantes do centro se articularam com o discurso higienista que encampava um combate contra uma cidade perigosa, representada pela presença maciça das “classes perigosas” nos bairros centrais, ao mesmo tempo em que satisfazia o interesse comercial com a valorização de terrenos mais distantes do centro e em bairros como Madalena, Torre e Boa Viagem e empreendia a construção de edificações de cariz moderno destinadas às populações mais abastadas e facilitava as trocas comerciais entre os pontos mais afastados e o centro do Recife.

É desta maneira que o mercado da Madalena é inaugurado em outubro de 1925, ganha as páginas do *Torre-Jornal*, e a figura do prefeito do Recife, Antonio de Góes, parceiro político da administração Sérgio Loreto, é exaltada. De caráter higiênico e preocupado com as questões de saúde pública, o poder público empreendeu a demolição dos barracos que compunham a feira do Bacurau para a construção do mercado e realocou a antiga feira de forma a reunir toda sorte de comércio em um único espaço. Arejados, locais aonde a luz natural tivesse acesso, mas que contassem também com as instalações da rede elétrica, representando aspectos da modernização, os mercados foram representativos no processo pelo qual passava a cidade do Recife.

O jornal, tecendo críticas ao fato de anteriormente os moradores terem de se deslocar à feira do Bacurau, que era “um atentado aos mais rudimentares princípios de higiene”<sup>22</sup>, destaca a figura do administrador público, no caso, o prefeito Antônio de Góes, como um homem de visão de futuro, capaz de modificar o estado atrasado em que se encontrava a cidade, e que estava “compreendendo a inadiável necessidade de pôr um paradeiro a esse estado das coisas incompatíveis com o progresso e com a estética de um povo que se diz civilizado”. A fotografia abaixo, do Jornal do Recife, apresenta o cenário da feira do Bacurau, sob o título de “O estômago da cidade”, com a seguinte legenda: a antiga feira do Bacurau no distrito da Torre e em cujo local se está construindo um mercado que terá o nome de Mercado da Madalena.



Fonte: Fotografia da feira do Bacurau, local onde posteriormente fora construído o Mercado da Madalena. O estômago da cidade. *Jornal do Recife*, 13 de outubro de 1925.

Na Revista de Pernambuco, a ausência de higiene pública na feira do Bacurau é relacionada com “o visível estacionamento do seu progresso e o desolado aspecto de flagrante decadência que se notavam naquele bairro”<sup>23</sup>. Incumbida desta ação modernizadora, a Prefeitura do Recife demoliu os “casebres anti-higiênicos”<sup>24</sup> que compunham a antiga feira e pôs em prática o início das obras para que “concorressem ao mesmo tempo para o embelezamento do local e conseqüente desenvolvimento das construções modernas nos terrenos

<sup>22</sup> Honra ao mérito, *Torre-Jornal*, Recife, 25 de out. 1925, p.1.

<sup>23</sup> As obras do Mercado da Madalena, *Revista de Pernambuco*, Ciencia, Arte, Política, Indústria. Recife, ano 2, nº. 14, agosto de 1925, S/p.

<sup>24</sup> Idem.

adjacentes, então providos de já dos indispensáveis requisitos de conforto e higiene”<sup>25</sup>. Na parceria estabelecida entre o Governo de Pernambuco e a Prefeitura do Recife havia um intento de que com a existência de uma obra pública no bairro da Madalena caracterizada pelos preceitos de higiene e acionada pelo discurso civilizatório, fosse possível irradiar determinados preceitos de higiene para todo o seu entorno. Este intento também se dá por conta da implantação de outros serviços decorrentes dessa obra, como por exemplo, a construção de galerias de águas pluviais, que beneficiou o conjunto dos moradores daquela localidade. Ao passo em que se inaugurou o mercado da Madalena, também foi inaugurada a ponte da Torre e foram iniciadas as obras de construção da Avenida Real da Torre.

No local onde foi construída a ponte da Torre já existia uma outra ponte anterior ao governo de Sérgio Loreto. No ano de 1922 se aventou a possibilidade de reparar a antiga ponte, com a contratação da empresa Isaack Gondim & Odebrecht, pela quantia de 10:25\$000. No entanto, o governo optou pela construção de uma ponte nova, com lastro em concreto armado e aproveitando as vigas de ferro da antiga ponte Buarque de Macedo. Contratou-se o trabalho da construção de uma nova ponte pelo valor de 297:000\$000, além dos serviços suplementares pela quantia de 3:168\$200, tendo sua construção concluída em 1924<sup>26</sup>. Esta ponte desemboca na Rua Conde de Irajá, rua que mais à frente se cruza com a Avenida Real da Torre. Esta avenida, com extensão de cerca de 2 km, serviu para ligar o bairro da Madalena ao da Torre, além de incentivar a especulação fundiária na área. A Revista de Pernambuco, defendendo as qualidades e facilidades de se investir nesta via aberta no Recife, afirma que:

Salvo raras exceções todos os terrenos são até agora de simples aforamento sendo, portanto fácil a divisão em lotes e conseqüente venda para construção. Isso contribuirá necessariamente para aumentar ainda mais o entusiasmo pelas construções que já se ressentiam de falta de terrenos que gozassem de tão bom clima como o da Madalena.<sup>27</sup>

Desta forma, interligando as áreas centrais do Recife aos seus arrabaldes, a administração pública também investiu em outros serviços, em outros bairros limítrofes, a fim de interligar e integrar essas localidades, o que ocasionou a valorização do solo, o aumento da especulação imobiliária e ganhos financeiros para empresários e para aqueles que estavam próximos à administração estadual.

---

<sup>25</sup> Idem.

<sup>26</sup> Dois anos de Política Construtora; Índices de Progresso; As Grandes Festas de Hoje, *A Notícia*, Recife, 18 de out. 1924, p.2.

<sup>27</sup> Melhoramentos municipais na Madalena. *Revista de Pernambuco*. Ciencia, Arte, Política, Indústria. Recife, ano II, n.º. VII, janeiro de 1925, S/p,

Outro mercado construído no período em tela é o da Encruzilhada<sup>28</sup>. Aproveitando a antiga estação ferroviária<sup>29</sup>, a administração estadual levou a efeito a demolição de grande quantidade de “casinhas de madeira que tornavam quase intransitável o grande largo fronteiro à estação”<sup>30</sup>, numa busca incessante por higienização e melhorias estéticas em diversas áreas da cidade. As obras têm início em março de 1924, pautadas nas regras de higiene e seguindo os modelos de construção de edificações modernas, e possuía cento e sessenta e dois compartimentos “higiênicos e arejados”<sup>31</sup>. Para além da construção do mercado, o governo põe em prática “aformoseamento”<sup>32</sup> do largo sito à frente dele, com “serviços de refúgio ajardinados, pavilhão para retretas, farta arborização e calçamento a asfalto”<sup>33</sup>.

No bairro do Derby, é construído um novo prédio para abrigar a força pública<sup>34</sup>. Deslocam-se instituições, constroem-se novos prédios. Se antes o 2º batalhão da força pública ocupava a área central, este cede seu espaço físico para o início das obras do futuro Palácio de Justiça, e o 2º batalhão foi transferido para o quartel do Derby. Aproveitando o terreno onde existiu outrora o Mercado Coelho Cintra<sup>35</sup>, antiga propriedade de Delmiro Gouveia e local de diversão das elites no início do século XX, foi erguido o quartel, que tinha por objetivo significar “simbolicamente o fim a que se destina o edifício: é formado por uma recortada

---

<sup>28</sup> Mercado da Encruzilhada. *Revista de Pernambuco*. Sciencia, Arte, Política, Indústria. Recife, ano I, nº. II, agosto de 1924, S/p.

<sup>29</sup> No jornal A Notícia de 14 de fevereiro de 1924, lê-se a seguinte matéria: Foram iniciados os serviços de construção do futuro Mercado da Encruzilhada, no local onde funcionaram as oficinas da antiga Companhia de Olinda, cujos terrenos foram ultimamente adquiridos pela Prefeitura. Mercado da Encruzilhada, *A Notícia*, Recife, 14 de fev. 1924, p.1.

<sup>30</sup> Mercado da Encruzilhada. *Revista de Pernambuco*. Sciencia, Arte, Política, Indústria. Recife, ano I, nº. II, agosto de 1924, S/p..

<sup>31</sup> Idem.

<sup>32</sup> Idem.

<sup>33</sup> Idem.

<sup>34</sup> O terreno é adquirido pelo Governo do Estado junto à Prefeitura do Recife, uma vez que esta alegava não possuir recursos para realizar as melhorias no Derby para torná-lo um bairro de moradia. Desta forma, pelo ato n.376 de 04 de julho de 1923, o governador Sérgio Loreto aceitou os termos da proposta realizada pela prefeitura, que envolvia a cessão dos terrenos do Derby e seus edifícios pela quantia de quinhentos réis. Pelo fato de o Estado ser credor da Prefeitura em empréstimos adquiridos em novembro de 1922, coube à administração estadual pagar a quantia de 243:500\$970. *EXPOSIÇÃO com que o exmo. Sr. Dr. Antonio de Góes Cavalcanti, prefeito do município, abriu a 3ª sessão ordinária do Conselho Municipal do Recife em julho de 1923. Jornal do Commercio*, Recife, 18 de jul. 1923, p. 5. Obs.: entre 1922 e 1924 o Jornal do Commercio publicou os documentos oficiais do Governo do Estado e da Prefeitura do Recife.

<sup>35</sup> A respeito deste espaço de sociabilidade, é possível ler em ARRAIS, Raimundo Pereira Alencar. *Recife, culturas e confrontos: as camadas urbanas na campanha Salvaçionista de 1911*. Natal: EDUFRRN, 1998, p.24: “Inaugurado no primeiro ano do século, o Recreio Derby, instalado às margens do Capibaribe, entre a Capunga e a Madalena, também ostentava iluminação elétrica e oferecia atrativos como boliche e bilhar. Lá se tomavam sorvetes e refrescos. Construído pelo comerciante Delmiro Gouveia, o Recreio Derby funcionava no Mercado Coelho Cintra, que, no final de 1908 afundara numa decadência [...]”.

muralha em forma de ameias ou salteiras, à semelhança dos antigos castelos e fortificações”<sup>36</sup>. Além disto, almejava-se implantar requisitos de higiene militar, bem como cuidados com as saúdes dos soldados, por meio de exames contra verminoses.

Paralelamente à construção do prédio público, o governo empreende a construção do parque que se avizinha a ele, além da construção de canais, aterramento de alagados e abertura de novas artérias que ligam a Boa Vista ao novo bairro do Derby. Do bairro da Capunga até o Derby são calçadas ruas e praças são arborizadas e embelezadas, como é o caso do Parque Amorim.

Conjuntamente à ação do poder público nesta nova área da cidade do Recife, ao se investir em infraestrutura estimulou-se a especulação imobiliária, favorecendo os interesses do governo e da elite local. De zona pantanosa e propícia para o desenvolvimento do impaludismo, após as obras empreendidas na área, o Derby se tornou, segundo o veículo oficial de propaganda do governo do Estado, um local que reunia condições de salubridade, graça e encantando da paisagem<sup>37</sup>. Ao passo em que construía, implantava linhas de bonde e urbanizava, o Departamento de Viação e Obras Públicas dividiu as áreas laterais à praça em lotes para a realização de leilões, identificando essas intervenções no Derby com o objetivo de tornar a área habitável e criar um bairro.

Outubro de 1924 aparenta ter sido um mês agitado para a autopromoção da administração estadual. Foi inaugurado parcialmente o Quartel do Derby em 18 de outubro de 1924, com a Exposição Geral de Pernambuco marcando as comemorações pelo segundo aniversário da administração Sérgio Loreto e o centenário da Confederação do Equador. Esta exposição organizada pelo governo tencionava apresentar as realizações da administração estadual como símbolo de progresso e a viabilidade de Pernambuco e do povo pernambucano com conotações raciais. Lê-se na apresentação sobre a Exposição Geral de Pernambuco no jornal *A Notícia*: progredimos vertiginosamente, de maneira mais real e viva. Os que têm por mau hábito duvidar do nosso êxito, alegando até – Santo Deus! – razões étnicas e climatológicas, estarão agora decerto confundidos, envergonhados do seu julgamento apressado e leviano<sup>38</sup>. Além de poder verificar os avanços técnicos e científicos de Pernambuco, o público pôde desfrutar de momentos de arte e lazer no Derby.

<sup>36</sup> As grandes obras do Derby, *Revista de Pernambuco*. Ciência, Arte, Política, Indústria. Recife, ano I, nº. I, 2 de Julho, 1924, S/p.

<sup>37</sup> As edificações particulares do Derby, *Revista de Pernambuco*. Ciência, Arte, Política, Indústria. Recife, ano I, nº. VI, Recife, dezembro de 1924.

<sup>38</sup> Exposição Geral de Pernambuco, *A Notícia*, Recife, 20 de out. 1924, p.1.

Este empenho na construção do Derby, que incorporava o desenho de um novo bairro para a cidade do Recife, articulado com a construção de um sistema viário e de drenagem, consistia num esforço do poder público no âmbito de embelezamentos. No âmbito do embelezamento urbano, principalmente no que concerne à construção de parques e praças, estes correspondiam a determinados objetivos de progresso e civilização. O uso dos termos “praça” e “parque” não eram consenso à época, sendo inclusive retratado nas páginas da Revista de Pernambuco:

Se, preliminarmente, reconhecemos que, com rigorosismo técnico e radical do vocábulo, Recife não possui ainda um parque digno dessa denominação, por outro lado podemos afirmar que agora, porém com o visual e encorajante surto de vida nova e de progresso contínuo, esboçam-se novos horizontes para a nossa estética urbana e surgem como por encanto, dia a dia, os delineamentos de novos parques que decerto, mais tarde irão concorrer de modo decisivo para o requinte das belezas tradicionais de nossa capital. Para a rápida e perfeita consecução desse elevado propósito tão dignificante na sua significação social, quão fecundo nas suas salutares consequências, muito tem influído a ação conjunta dos poderes do município e do Estado.<sup>39</sup>

Entre os anos de 1924 e 1925 foram construídos, além da Praça do Derby, as praças do Paissandu, Sérgio Loreto, Oswaldo Cruz e Entroncamento, que ao contrário do que foi visto em maior extensão no Derby, consistia no ajardinamento de campinas e largos já existentes, espaços ermos e alagadiços. Prefeitura do Recife e Governo do Estado atuando conjuntamente, na busca por uma cidade higiênica, investiam em parques e praças a fim de que esses espaços abertos e ajardinamentos representassem simbolicamente avanços da civilização sobre o atraso e a chegada do progresso. Na obra da construção da nova Praça do Paysandú<sup>40</sup>, buscando estar em sintonia com esses ideais, destacam-se, por exemplo, o uso de concreto armado para a construção dos coretos, a arborização e o plantio de roseiras. Segundo Aline Figueirôa Silva, analisando a arborização nas reformas urbanas:

Se até então a influência inglesa dominava o paisagismo no Brasil, a reforma urbanística de Paris, que emergia como a nova metrópole da Europa, seria a grande vitrine para as ações de remodelação urbana, também inspirando o projeto paisagístico dos jardins públicos nos primeiros decênios do século XX. O culto à árvore, inclusive, é, de acordo com Segawa (1996, p. 70), uma invenção francesa do início do século XIX como símbolo de civilidade, cultura e patriotismo, expresso, por exemplo, na criação do “dia da árvore”, da “festa

<sup>39</sup> Recife e seus parques, *Revista de Pernambuco*. Sciencia, Arte, Política, Indústria. Recife, ano I, nº. VI, dezembro de 1924, S/p.

<sup>40</sup> Praça do Paysandú, *Revista de Pernambuco*. Sciencia, Arte, Política, Indústria. Recife, ano I, nº. I, 2 julho de 1924, S/p.

da árvore”.<sup>41</sup>

Desta forma, alargados os sentidos de higienização para além dos sentidos de beleza e prazer no uso das praças, a atuação das administrações estadual e municipal tinham objetivos claramente delineados com o investimento neste tipo de construções. Na busca pela construção de um Recife Novo, apagar traços de atraso e insalubridade, como no caso das campinas e largos, o objetivo do investimento em parques e praças era dotar a cidade de símbolos que representavam, por sua vez, civilidade, patriotismo e progresso.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Em um governo que buscava se apresentar como moderno era imperativo instituir o novo. “Novo”, palavra usada à exaustão tanto nos tempos passados em que estudamos quanto na realidade recifense que nos cerca e vivenciamos nesta segunda década do século XXI, só parece fazer algum sentido quando se põe em oposição a algo considerado velho, atrasado e retrógrado. Estes adjetivos estavam contidos no grau de insalubridade das moradias e da cidade, ocupada por uma população pobre ameaçadora para os interesses das elites e no acesso da população à saúde e educação. Portanto, apresentar o novo a esta sociedade recifense do início do século XX constantemente indicava a necessidade imperiosa de reformar as estruturas organizacionais físicas da cidade, apontando para que as intervenções fossem capazes de propagar e criar novos hábitos, que pudessem figurar como símbolos de um novo tempo em que se buscava instituir.

As reformas urbanas, guiadas pelos preceitos científicos alardeados pelo DSA, apesar de não conseguirem apagar a cidade perigosa que era combatida, muito menos incluir socialmente os historicamente excluídos e promover o progresso econômico de Pernambuco, ensejaram novas formas de ver e viver a cidade do Recife, que passou a contar com novos parques, praças, ruas e avenidas. Ao passo que embelezava e expandia a cidade, as reformas urbanas também se aliavam ao combate às doenças que grassavam em Pernambuco, permitindo e dando garantias às autoridades e empresários de fora do Recife para que fossem realizadas trocas comerciais e a instalados diversos serviços na capital pernambucana.

---

<sup>41</sup> SILVA, Aline de Figueirôa. *O Projeto paisagístico dos jardins públicos do Recife de 1872 a 1937*. Recife: Dissertação (mestrado) - Universidade Federal de Pernambuco. CAC. Desenvolvimento Urbano, 2007, p.44.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS E FONTES

ARRAIS, Raimundo Pereira Alencar. *Recife, culturas e confrontos: as camadas urbanas na campanha Salvacionista de 1911*. Natal: EDUFRN, 1998.

BARROS, Natália; REZENDE, Antonio Paulo; SILVA, Jaílson Pereira (Orgs.). *Os anos 1920: histórias de um tempo*. Recife: Editora Universitária da UFPE, 2012.

BEVILÁQUA, Clóvis. *História da Faculdade de Direito do Recife*. 3. ed. Recife: Ed. Universitária da UFPE, 2012.

CHALHOUB, Sidney. *Cidade febril: cortiços e epidemias na Corte imperial*. São Paulo: Companhia das Letras, 1996.

HALL, Peter *Cidades do amanhã: uma história intelectual do planejamento e do projeto urbanos no século XX*. Tradução Pérola de Carvalho. São Paulo: Perspectiva, 2013.

LEVINE, Robert. *A velha usina – Pernambuco na federação brasileira, 1889 – 1937*; tradução de Raul José de Sá Barbosa. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1980.

LUBAMBO, Cátia Wanderley. *O bairro do Recife: entre o Corpo Santo e o Marco Zero*. Recife, CEPE/Fundação de Cultura Cidade do Recife, 1991.

MEDEIROS, Amaury de. *Saúde e Assistência*. Doutrinas, Experiências e Realizações(sic.). Recife: s/ed. 1926. APEJE

REZENDE, Antonio Paulo. *(Des)encantos modernos: histórias da cidade do Recife na década de XX*. Recife: FUNDARPE, 1997.

\_\_\_\_\_. *O Recife: histórias de uma cidade*. Recife: Fundação de Cultura Cidade do Recife, 2002.

SILVA, Aline de Figueirôa. *O Projeto paisagístico dos jardins públicos do Recife de 1872 a 1937*. Recife: Dissertação (mestrado) - Universidade Federal de Pernambuco. CAC. Desenvolvimento Urbano, 2007. p. 44

SILVA, Aline de Figueirôa. *O Projeto paisagístico dos jardins públicos do Recife de 1872 a 1937*. Recife: Dissertação (mestrado) - Universidade Federal de Pernambuco. CAC. Desenvolvimento Urbano, 2007, p.44.

## PERIÓDICOS (ACERVO APEJE)

JORNAL DO COMMERCIO. 1923 – 1926.

JORNAL DO RECIFE. 1922 – 1926.

A NOTÍCIA. 1923 – 1926.

A NOITE. 1922 - 1926

PINA-JORNAL. 1925.

REVISTA DE PERNAMBUCO. 1924 – 1926.

SAÚDE E ASSISTÊNCIA. 1923 – 1926.

TORRE-JORNAL. 1925.